AS ROUPAS NÃO TÃO NOVAS DA IMPERATRIZ: DIÁLOGOS ENTRE MODA E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE DONA LEOPOLDINA

Virginia Siqueira Starling[1]

RESUMO

A alcunha de "imperatriz deselegante", historicamente aplicada a Dona Leopoldina, revela possibilidades para explorar a trajetória pessoal e política da primeira imperatriz brasileira através das roupas que usava. O traje de amazona, criticado à época por ser masculino em excesso, é analisado à luz da moda do início do século XIX e atua como ponto de partida na busca por mais nuances na construção das narrativas em torno de Leopoldina, com foco especial em sua participação política no contexto da Independência do Brasil. Mulher de proeminente papel público, a imperatriz desenvolveu um pensamento político que merece reconhecimento.

Palavras-chave: Leopoldina. Independência do Brasil. Moda. Política. Gênero.

ABSTRACT

Deemed an "inelegant empress" by her contemporaries, *Dona* Leopoldine's clothing and style open up many possibilities to access and explore both the personal and the political trajectories of Brazil's first empress. The amazon habit, greatly criticised at the time for being too masculine, is analysed in the light of 19th century fashion and acts as starting point in the search for more nuance in creating the narratives surrounding Leopoldine, centring on her political performance during the Brazilian independence. As a woman fulfilling a prominent public role, the empress developed a political strategy that deserves recognition.

Keywords: Leopoldina. Brazilian Independence. Fashion. Politics. Gender.

O alemão Eduard Theodor Bösche mal tinha completado 17 anos quando se deixou seduzir pela promessa de aventuras em uma terra distante.

1 Jornalista, tradutora e escritora, formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Traduziu, entre outras obras, *Ação e a busca da felicidade*, de Hannah Arendt (Bazar do Tempo, 2018). Participou do livro *Independência do Brasil:* as mulheres que estavam lá (Bazar do Tempo, 2022) e foi assistente de roteiro do podcast *Mulheres na Independência* (Globoplay, 2022), criado por Antonia Pellegrino. Está escrevendo a biografia *Quem é essa mulher?*, sobre Zuzu Angel, para a editora Todavia. E-mail: virginia.siqueira.starling@gmail.com.

Junto com um contingente de conterrâneos germânicos, embarcou em um navio rumo ao Brasil e se incorporou às tropas do imperador D. Pedro I, na posição de cadete de cavalaria. O ano era 1825; Bösche lutaria sob a bandeira brasileira na Guerra da Cisplatina e permaneceria no país recém-independente por quase uma década. Testemunhou de festas religiosas a revoltas de mercenários e foi preso por se recusar a ajoelhar-se perante a passagem de uma procissão. As experiências no Brasil foram tão variadas que, pouco depois de seu retorno à Alemanha, o soldado as transformou em livro, *Quadros alternados*, publicado em Hamburgo em 1836 (WITT, 2021). Entre comentários mordazes e relatos nada deslumbrados do cotidiano no Rio de Janeiro, Bösche inclui a descrição da aparência de uma certa mulher com quem se encontrou:

> O traje parecia mais de um homem do que de uma mulher. Um chapéu redondo de homem, polainas, uma túnica, e por cima um vestido de amazona. Completavam o seu costume botas de montar com pesadas e maciças esporas de prata que lhe tiravam toda a graça e atrativos. (BÖSCHE apud OBERACKER, 1973, p. 360.)

Roupas também contam histórias — elas são a "imagem do homem", como resume tão bem a historiadora francesa Yvonne Deslandres (1976). Textos abertos e sem fim (CRANE, 2006; BARTHES, 2017), a indumentária e a moda tecem conexões elaboradas e íntimas entre indivíduo e sociedade, sobretudo quando essas conexões são tecidas pelo olhar do outro. A maneira como se observa, analisa, desconstrói e interpreta a aparência de interlocutores revela tanto sobre si próprio quanto sobre eles. Bösche, em sua descrição, refere-se a como uma mulher se veste; e a primeira frase — "o traje parecia mais de um homem do que de uma mulher" — dá a entender que, na posição de observador crítico, não aprova a aparência em questão. Sua percepção está matizada pelos valores e discursos vigentes na primeira metade do século XIX, quando escreve suas memórias da vida no Brasil. E, de fato, uma mulher cujos trajes se aproximam mais dos de um homem rompe um sem-número de interditos quanto aos papéis de gênero e ao lugar que uma mulher pode ocupar em sociedade. O estranhamento de Bösche é compreensível dentro dos códigos que regem as aparências, em especial de corpos femininos e feminizados. Seu olhar masculino, voltado para uma mulher, detém-se nas botas de montar com esporas de prata e detecta um conflito com suas referências básicas de adequação e elegância. Estes não são, em absoluto, os calçados que associa a uma mulher elegante.

Bösche não escreve sobre uma brasileira anônima, vista nas ruas do Rio de Janeiro durante um momento de lazer. Essa mulher, de vestido de amazona, polainas e chapéu de homem, é ninguém menos do que a

imperatriz Leopoldina — uma mulher cujo nome está inscrito na história do Brasil.

Os comentários de Bösche não são os únicos dedicados às roupas e à aparência de Leopoldina. Desde que era uma jovem arquiduquesa do império austro-húngaro, passando por seus anos como princesa na corte portuguesa estacionada no Rio de Janeiro, e culminando em seu papel de primeira imperatriz do Brasil, diversos viajantes, cronistas e escritores se preocuparam em registrar como ela se vestia e se portava. Figura pública de destaque, essa filha d'Áustria protagonizou o primeiro casamento real em terras do continente americano e, consequentemente, estimulava a imaginação popular da época. As imagens e impressões que ela passava aos seus contemporâneos são um ponto de partida para identificar quais sobreviveram ao passar do tempo e, enfim, elaborar reflexões sobre como se deu o processo de inserção de Leopoldina no repertório histórico e cultural nacional.

Uma das alcunhas de Leopoldina era, justamente, a de imperatriz deselegante. Para Bösche, o motivo era evidente: ela se vestia de forma pouco feminina para os padrões oitocentistas, e isso seria suficiente para eliminar qualquer atrativo físico que porventura tivesse. Friedrich von Weech, empreendedor alemão que viveu no Brasil nos anos 1820, relatou ter visto Leopoldina e Pedro na rua do Ouvidor, no centro carioca. Ela usava um vestido curto, verde e gasto de amazona, coberto de condecorações militares, botas altas com esporas que Weech descreve como enormes, e calças de pano verde sob a saia do vestido. A imperatriz cobria os cabelos com um lenço branco, sobre o qual posicionou um chapéu de feltro. Ela montava à maneira dos homens, com as pernas separadas sobre o dorso do cavalo, e não de lado na sela, conforme ditava o costume (apud OBERACKER, 1973, p. 360).

Os homens que chegavam ao Brasil se horrorizavam com as botas de Leopoldina e seu "grande e deselegante vestido", nas palavras do reverendo inglês Robert Walsh (apud ibidem). O francês Albert Rangel compara os trajes de Leopoldina aos de uma cigana, embora seja um dos poucos que não se prenda às aparências e confirma ter se encantado pelos seus modos bondosos e pela fluência de seu francês (apud ibidem). Outra viajante francesa, Rose de Freycinet, registrou em seu diário que a "pobre austríaca" usava, em uma solenidade na capela real, um hábito de montaria cinza e uma camisa plissada (FREYCINET, 1927, p. 175). Apesar de julgar a então princesa como excessivamente descuidada com sua aparência e seus trajes, Freycinet avaliou que ela não era de todo feia e podia ficar apresentável em roupas mais formais. Quem resumiu essas impressões desfavoráveis foi o militar, engenheiro e escritor alemão Carl Schlichthorst, ao

registrar que o estilo de Leopoldina "absolutamente não podia agradar a um olhar europeu" (apud OBERACKER, op. cit., p. 360). Segundo ele, o erro advinha da combinação de "trajes tão diversos": largas calças brancas, túnica de seda, hábito de montaria cinzento, lenço amarrado no pescoço por cima da gola da camisa, chapéu de palha e as indefectíveis botas com esporas de prata.

A deselegância da indumentária de amazona imperatriz não era, contudo, um consenso. "Leopoldina d'Áustria não chegava a ser uma grande beleza, mas era elegante", afirmou uma testemunha da época (ibidem, p. 361). Otto von Kotzebue, navegador a serviço do império russo, anotou suas impressões de uma Leopoldina trajada em hábito de amazona negro, com bordados a ouro, em suas palavras "elegantíssimo", para as cerimônias do primeiro aniversário da coroação do imperador D. Pedro, em 1823 (apud ibidem).

A masculinidade aparente nos trajes de Leopoldina era especialmente incômoda aos observadores de então. Sua aparência destoava do modelo ao qual aqueles homens estavam acostumados, e seu hábito de amazona tampouco condizia com o que era popular entre as mulheres naquele momento, fosse na Europa ou no próprio Brasil. Por aqui, as referências de moda e estilo eram importadas do Velho Continente e chegaram em peso nas bagagens da corte portuguesa após 1808. Com a transferência da família real lusa para o Rio de Janeiro, elevado a capital do império, a estética da indumentária europeia se disseminou pelas ruas cariocas (CHATAIGNIER, 2010). A silhueta Império, alçada ao topo da moda em paralelo à ascensão de Napoleão Bonaparte ao trono francês, dialogava com as transformações paradigmáticas na Europa num contexto pós-Revolução Francesa, ao resgatar influências da Antiguidade Clássica e valorizar as formas do corpo humano, revelando o que anteriormente ficava escondido sob camadas de tecidos e modelagens extravagantes (SÉGUY, 1989). Prezava-se uma simplicidade de ares republicanos (WITZMANN, 1980), alimentada pelo desejo revolucionário de abolir as distinções de classe e nivelar hierarquias. Orientada por uma linha vertical que enfatizava formas angulares, essa silhueta sublinhava uma feminilidade suave que rejeitava excessos decorativos (FRANKLIN, 2020).

Para não destoarem do determinado pelas modas francesas, as damas brasileiras logo adotaram os mesmos vestidos de tecidos mais leves, como musselina, seda, algodão e linho, e com uma marcação de cintura elevada, logo abaixo dos seios. Mas essas senhoras não deixavam de introduzir algumas adaptações aos estilos importados: elas apreciavam cores fortes, que contrastavam com o branco e os tons pálidos preferidos pelas europeias, e gostavam de ostentar joias, decotes profundos e

plumas em profusão (ACIOLI, 2019). Leopoldina se sobressaía em meio ao fausto da corte carioca por favorecer a discrição. Quando não portava seus trajes de amazona, optava por cores neutras, como cinza e branco, e evitava joias. Em suas *Resoluções*, escritas antes de embarcar para o Brasil em 1817, ela prometia não chamar a atenção com roupas vistosas e suntuosas demais (apud OBERACKER, 1973; REZZUTTI, 2017). É plausível supor que, por entender sua posição como suficientemente elevada, não pensava ser necessário reforçá-la cobrindo-se de pedras preciosas e dos mais luxuosos tecidos.

Nenhuma mulher no Brasil ocupava posição igual à de Leopoldina, principalmente após a independência; no entanto, isso não a eximia dos olhares críticos e juízos de valor direcionados à sua aparência. Muito pelo contrário: acordava-se que a imperatriz não se *parecia* com uma, precisamente por se vestir de modos tão diferentes do esperado. Dos trajes formais ao hábito de amazona, essas peças de roupa contam uma história instigante sobre Leopoldina e sugerem uma personalidade totalmente oposta à imagem de mulher apática, passiva e frágil que perdura no imaginário popular. As vestes de montaria são particularmente proveitosas para reencontrar e redescobrir a imperatriz. Ainda que os costumes de montaria das décadas de 1810 e 1820 prezassem por mais mobilidade e praticidade (BACH, s.d.), eles não divergiam por completo das referências de feminilidade e elegância presentes nos trajes do dia a dia. Tecidos mais resistentes e cortes mais soltos permitiam que a mulher que cavalgava não prendesse suas saias entre as patas do cavalo, por exemplo, e pudesse movimentar os braços com facilidade para manusear a rédea. Ela deveria, entretanto, montar de lado na sela e manter a elegância em seus trajes e portes, mesmo enquanto praticava exercícios físicos. A revista feminina inglesa *La Belle Assemblée* avaliava, em 1815, que os hábitos de montaria pareciam ser calculados para conferir uma aparência masculinizada até à mulher mais delicada e feminina. Os padrões de feminilidade precisavam ser mantidos a todo custo.

Por menor que pareça, porém, essa abertura à praticidade nos trajes de montaria femininos engendrava um processo notável. A possibilidade de imprimir traços convencionados como masculinos às roupas representava uma chance de resistência às normas de gênero. Na Europa, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, mulheres adotaram o vestuário esportivo como uma maneira de se distinguir dos estilos dominantes e confrontar as expectativas do que seria estritamente masculino ou feminino. Leopoldina parece ter antecipado as vitorianas em algumas décadas: suas roupas de amazona se desviavam do esperado de uma mulher de seu tempo e posição social.

Dona Leopoldina não construía sua aparência para se parecer com um homem. Na verdade, incorporava elementos do vestuário masculino aos seus trajes. Quando saía para se exercitar e optava por artigos de roupa tidos como masculinos — como o lenço amarrado ao pescoço, as botas de montaria e as calças largas —, ela abria um diálogo entre os estilos considerados adequados a cada identidade de gênero. Tal processo culmina em uma aparência híbrida, identificada pela socióloga Diana Crane (2006) como estilo alternativo, definido pela adoção de peças originalmente masculinas por mulheres. Crane entende que essa prática surgiu com maior força a partir das décadas de 1850 e 1860; no entanto, o estilo alternativo não é encontrado exclusivamente neste período e tampouco perde o seu caráter de resistência. A hibridização do vestuário no que tange aos aspectos de gênero, seja consciente ou não, atua na oposição ao estilo determinado como dominante e aos códigos ocidentais de controle da aparência e do comportamento. Aos olhos dos contemporâneos de Leopoldina, seus trajes expressavam um descaso para com as convenções que deveriam regular como ela — em tanto que mulher branca e membro de destaque da família real — se vestia e aparecia em público, fosse em ocasiões informais ou solenidades oficiais.

É pertinente, então, indagar: que histórias as roupas de Leopoldina contam a respeito da imperatriz? Que mulher é essa que deixa a Áustria e se aventura no Brasil, enfrenta um casamento difícil e faz seu caminho a cavalo, portando botas altas de montaria com esporas de prata e chapéu de palha na cabeça? Se, duzentos anos depois, Leopoldina ainda é capaz de surpreender, ela certamente deixou estupefatas as elites cariocas de seu tempo. Sua alcunha de imperatriz deselegante se encaixa em suas atitudes: ela não cumpria com as expectativas referentes a uma arquiduquesa austríaca. O estranhamento ultrapassava o seu guarda-roupa. Com sua atuação política, especialmente durante a independência, o modo como se portava na corte, a paixão e o incentivo pelas ciências biológicas, Leopoldina praticava a deselegância em um sentido que, se tinha o potencial de escândalo no século XIX, hoje é profundamente intrigante.

PRINCESA DA INDEPENDÊNCIA

As roupas masculinas de Leopoldina insinuam uma interpretação sobre essa mulher-imperatriz. Os homens e as mulheres que a taxavam de deselegante provavelmente se preocupavam com um detalhe menos visível: a sugestão de liberdade expressa por seus trajes. A mulher que cavalga sozinha exerce uma atividade codificada como masculina; a situação é agravada se ela parece se vestir como um homem. Chamar Leopoldina de amazona remete, ainda, à figura mítica e essencial das amazonas gregas,

as guerreiras ferozes temidas pelos mais experientes soldados. A mulher que cavalga sozinha e aproxima sua aparência da de um homem, enfim, toma para si qualidades tidas como masculinas — liderança, destemor, proeza física, pragmatismo, racionalidade.

Leopoldina não se vestia de homem, mas assumia comportamentos que, para seu contexto e em sua posição, eram entendidos como masculinos. Ela nutria interesses acadêmicos sérios pelas ciências biológicas, como botânica e zoologia, e sua disciplina preferida sempre foi a mineralogia. Embora o empenho científico não fosse exclusivamente seu, configurava-se como uma atividade pouco comum entre mulheres no início do século XIX — principalmente entre arquiduquesas austríacas. De Viena, Leopoldina levou para o Rio de Janeiro seus instrumentos de coleta e análise de minerais; ela mantinha correspondência com naturalistas e estudiosos europeus; e se entusiasmava ao encontrar espécimes sobre as quais tinha estudado na Áustria (OBERACKER, 1973). Em 1820, escreveu ao diretor do Gabinete de Ciências Naturais em Viena para lhe contar que havia coletado um minério que não era nem platina, nem prata, e estava ansiosa para examiná-lo quimicamente e identificar sua composição (ibidem, p. 155).

Mais do que isso, porém, Leopoldina também nutria interesses pela política. Era uma mulher que pensava politicamente e atuou diretamente nesse campo, visto como o mais masculino e o mais proibido às mulheres. Segundo a historiadora francesa Michelle Perrot (2019, p. 153), "ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma mulher política, parece ser a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou, ao contrário, parece dever tudo a ela". As peças de roupa classificadas como masculinas de Leopoldina parecem representar uma tendência comportamental e intelectual mais ampla, e estão permeadas por um discurso político e social marcante. Essa dinâmica se manifesta na própria trajetória de Leopoldina, que cresceu observando o poder de perto e internalizou lições decisivas sobre as relações no palco da política e do governo.

O pai de Leopoldina, o imperador austro-húngaro Francisco I, deu continuidade ao plano de educação de jovens Habsburgo. Elaborado no século XVIII, o referido plano tinha o intuito de garantir uma formação intelectual abrangente, que preparasse os herdeiros para uma relação íntima com o governo (WHEATCROFT, 1996). Eles poderiam, assim, espalhar os princípios de uma monarquia absolutista, cristã e tradicional pelas famílias coroadas da Europa, sobretudo através de alianças forjadas por casamentos. Em um contexto de intensas transformações, marcado pelo pós-Revolução Francesa, pelas guerras napoleônicas e pelos movimentos independentistas nas colônias europeias nas Américas, o imperador

Francisco apostava na reconstrução e no retorno aos velhos valores. Um de seus motes era, justamente, o de preservar; a isso acrescentava uma defesa estratégica da Áustria como guardiã dos preceitos germânicos e peça indispensável para libertar a Europa das ideias revolucionárias francesas. Entre a industrialização nascente, que repercutia na economia europeia, e os ideais republicanos e liberais que sacudiam a política do continente, Francisco I fez o que pôde para manter os Habsburgo na linha de frente das dinastias (ibidem). Leopoldina testemunhou em primeira mão os grandes eventos desse período. Teve que fugir de invasões de Napoleão Bonaparte e da ocupação francesa em Viena; viu sua irmã preferida, Maria Luísa, ser entregue em casamento ao imperador francês como um troféu de guerra; e compareceu às festividades do Congresso de Viena, que reuniu os maiores atores do tabuleiro político europeu para reerguer as monarquias abaladas por Napoleão e, consequentemente, opor-se a qualquer indício de revolução.

Sua formação como arquiduquesa fez com que certos princípios fincassem raízes (KANN, 2006; SLEMIAN, 2006; KEHL, 2006). Leopoldina sempre teve consciência de seu papel primordial, o de se casar para forjar uma aliança dinástica benéfica ao império austro-húngaro e gerar herdeiros para fazer perdurar a linhagem. Matrimônio e maternidade não são tarefas simples. E, nas circunstâncias de Leopoldina, o casamento estava atrelado a uma mudança grandiosa: a viagem para o Brasil. Com apenas 20 anos de idade, ela concorda com a decisão da Coroa austríaca, associa o seu futuro a essa aventura luso-brasileira e se dedica de corpo e alma ao cumprimento de suas funções principescas. Leopoldina se esforça ao máximo para evitar rupturas ou conflitos entre sua intimidade e seu papel público, o qual sempre deveria prevalecer (SLEMIAN, 2006). Saudades da Áustria e da família jamais poderiam interferir no trabalho como princesa e, posteriormente, imperatriz.

Em suas cartas para familiares, especialmente para a irmã Maria Luísa, Leopoldina contrapõe as reclamações e dores provocadas pela vida no Brasil à convicção de que está apenas fazendo o que é preciso (ibidem). Qualquer sofrimento pessoal - as infidelidades do marido, as dificuldades enfrentadas durante as gestações e os partos, a solidão e o isolamento - era suportado como resultado indissociável da vida de princesa. Uma das frases mais famosas de Leopoldina — "nós, pobres princesas, somos tais quais dados, que se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado" (apud KANN, 2006, p. 449) — aponta justamente para essa consciência do dever, da obrigação, do sacrifício em prol dos valores ensinados pelos Habsburgo. Em nome da Áustria, Leopoldina se casou com um homem que jamais vira em sua vida; em nome da Áustria, ela embarcou em um

navio que cruzou um Atlântico tempestuoso, rumo a uma terra essencialmente distinta de tudo o que conhecia até então; em nome da Áustria, ela permaneceu nessa mesma terra e se envolveu com os acontecimentos políticos que transformaram a história do Brasil.

Felizmente, a informação de que Leopoldina participou do processo de independência vem sendo propagada cada vez mais. Aos poucos, graças ao ingresso de agentes sistematicamente excluídos dos centros de produção de conhecimento e à adoção de ângulos historicamente ignorados e desvalorizados, os atos de estudar o passado e construir a história se ampliaram para abarcar eventos, personagens e perspectivas não hegemônicas. Outros protagonistas são desvendados, para além dos homens brancos de sempre. Leopoldina, por sua vez, perde o velho e desgastado verniz de esposa traída e mulher apática para assumir outras cores e plumagens. Reconhecer a atuação política da primeira imperatriz do Brasil significa empreender um movimento valioso, que desloca o foco da atenção historiográfica e do próprio imaginário sociocultural nacional a fim de redirecioná-lo para outros espaços. Um desses espaços é o de Leopoldina, no Rio de Janeiro do início da década de 1820. Em seu campo de atuação, ela cuidou de despachos oficiais em seu trabalho por uma independência que visava assegurar a prevalência política da capital, manter a unidade territorial do Brasil e, ao romper com a influência liberal das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, convocadas após a Revolução do Porto, salvar a monarquia e instaurar um império no continente americano (SLEMIAN, 2006; OBERACKER, 1973; REZZUTTI, 2017).

A escolha política (TESSITORE, 2017) de Leopoldina pelo Brasil antecede, em muito, o momento central e mais evidente de sua atuação em favor da independência. É notável o caminho que percorreu, política e intelectualmente, para chegar ao ponto de urgir D. Pedro e convencê-lo da necessidade de declarar a independência e fundar uma monarquia constitucional representativa. Essa é, sem dúvida, uma alteração peculiar para uma arquiduquesa do império austro-húngaro, um dos bastiões do absolutismo europeu. À época de seu casamento, Leopoldina temia o liberalismo e as revoluções — qualquer ideia, aliás, que se contrapusesse à solidez de uma monarquia na qual o soberano exerce plenos poderes e não admite contestação à ordem. Leal aos princípios ensinados pela imponente figura paterna, o imperador Francisco I, a princesa se via como uma representante dos interesses austríacos no continente sul-americano (SLEMIAN, 2006). Entre esses interesses, destacava-se a preservação de dinastias monárquicas — e, para Leopoldina, a dos Bragança necessitava de atenção imediata.

Nos primeiros anos da década de 1820, D. João VI sofria com as pressões das Cortes Constitucionais, que empreenderam o duro trabalho de reformar o império português enquanto elaboravam uma nova constituição, à qual seria submetida a autoridade real (PIMENTA, 2022; FRANCHINI NETO, 2019). D. Pedro, nomeado regente do Brasil em abril de 1821 pelo pai, negociava sua posição entre interesses divergentes e insatisfações generalizadas nos dois lados do Atlântico. De seu posto de princesa, Leopoldina acompanhava cada movimentação desses jogadores políticos. Atenta às notícias que chegavam das últimas deliberações das Cortes e aos debates que eclodiam no Rio de Janeiro, ela começou a formar sua opinião. Em meio ao "caos de ideias e cenas" (apud KANN, 2006, p. 393), como descreveu a Francisco I em março de 1822, os projetos discutidos em Lisboa não beneficiavam nem o governo de seu marido no Brasil, nem a monarquia portuguesa. E tampouco o próprio Brasil, de forma que seria imprescindível assegurar o controle sobre o território com ou sem a autorização dos deputados, os quais exigiam o retorno de D. Pedro e seus filhos para Portugal. Leopoldina entendia que, se acatassem as ordens das Cortes e rumassem para Lisboa, deixariam o Brasil à mercê de movimentos revolucionários e republicanos e perderiam um trono carregado de possibilidades e de futuro (SLEMIAN, 2006; OBERACKER, 1973; REZZUTTI, 2017; LUSTOSA, 2006).

Conservar o Brasil seria um trunfo para a monarquia enquanto instituição (SLEMIAN, 2006). Leopoldina sabia disso e, por mais que lhe doesse abandonar as esperanças de reencontrar a família na Europa (KEHL, 2006), não tardou em perceber que seria muito mais vantajoso estabelecer as bases de um reinado inédito no continente americano. Sua estratégia política dialogava com os valores de conservação, restauração e perpetuação aprendidos na Áustria, os quais eram complementados pelo plano de uma constituição.

Leopoldina tomava como um de seus deveres a preservação da monarquia no Brasil. No entanto, seu apoio à elaboração de uma constituição e à instauração de um sistema representativo indicava um desvio de pensamento político. Uma arquiduquesa austríaca não deveria renegar o regime absolutista — mas seria exatamente essa alteração de curso que permitiria, na avaliação de Leopoldina, salvaguardar a autoridade monárquica e fundar uma Coroa brasileira livre da interferência dos revolucionários portugueses. Ela defendia que, após sua fundação, o governo brasileiro fosse ocupado por "filhos do Brasil que sejam capazes" e organizado de maneira análoga ao dos Estados Unidos da América (apud KANN, 2006, p. 389). A concessão a certos princípios liberais e ao modelo da monarquia constitucional (SLEMIAN, 2006) visava ao fortalecimento da própria

Coroa e à garantia da unidade territorial brasileira (LUSTOSA, 2006). Enquanto o Poder Legislativo, composto por cidadãos nascidos no país, permanecesse submetido à autoridade real, a queda da monarquia seria evitada e a linhagem dos Habsburgo-Bragança, preservada. Sua articulação em favor da independência e do regime constitucional ilumina, inclusive, um detalhe significativo de sua personalidade.

Não há dúvidas de que fosse filha do absolutismo europeu, dada sua aversão a ímpetos republicanos — em especial aqueles que eclodiam nas províncias do Norte do Brasil, como a Revolução Pernambucana de 1817, que também forçou o adiamento de seu casamento com D. Pedro. Mas a disposição de Leopoldina para incluir novas ideias ao repertório, revisar os princípios que a norteavam, elaborar outras interpretações dos acontecimentos e propor alternativas aos modelos vigentes mostra que era herdeira, também, das correntes iluministas do século XVIII. Entre suas extensas leituras, despontam autores como Jean-Jacques Rousseau e obras como a Constituição dos Estados Livres da América do Norte, luminares do Iluminismo ocidental. Mais do que isso, porém, Leopoldina possuía um compromisso com a ciência. Guiava-se pela curiosidade, valorizava estímulos intelectuais e, acima de tudo, pensava. Longe de ser simples dado jogado ao sabor das vontades dos grandes líderes, definidores de seu futuro, Leopoldina partia de sua sorte e agia para escrever sua história com as ferramentas de que dispunha. Sua posição de princesa, por exemplo, foi ponto de virada para, em um contexto de instabilidade, fazer política. E seu comportamento e sua aparência foram usados para que construísse uma imagem de princesa e imperatriz capaz de expressar alguns dos princípios que mais apreciava, como a sobriedade, o discernimento e a constância moral.

AMAZONA POLÍTICA: O QUE A ROUPA COSTURA NA HISTÓRIA DE LEOPOLDINA

O trabalho político de Leopoldina é definido, portanto, por sua estratégia e sua habilidade de articulação. Contudo, as alegações existentes de que teria sido a responsável por assinar um suposto decreto de independência do Brasil, formalizando a separação de Portugal antes de D. Pedro, obstruem uma análise mais precisa de sua atuação política nesse contexto. Primeiramente, é fundamental ressaltar que não há qualquer documento capaz de atestar tal versão da história da independência: os relatos de agosto e setembro de 1822 situam Leopoldina em uma posição de autoridade como regente, mas não como detentora de poder suficiente para declarar, por conta própria, a ruptura entre Brasil e Portugal. Ela tampouco o faria. Ciente de suas responsabilidades e também de seus

limites, Leopoldina ocupou o posto de presidente interina do Conselho de Estado com certa cerimônia (OBERACKER, 1973), plenamente consciente do trabalho que tinha em mãos. Enquanto o marido apaziguava os ânimos e arregimentava apoio na província de São Paulo, à princesa cabia o papel de administrar um território à beira da ebulição política. A partir de 13 de agosto de 1822, quando foi assinado o decreto conferindo a Leopoldina plenos poderes para se encarregar do "despacho do expediente ordinário das diversas secretarias do Estado e repartições públicas" e "tomar todas as medidas necessárias e urgentes ao bem e salvação do Estado" (ibidem, p. 268), ela se inseriu de forma indelével e definitiva na história da independência brasileira. Tanto que, nas atas das sessões do Conselho de Estado, é ela a designada como autoridade máxima: lê-se, na reunião decisiva do dia 2 de setembro do mesmo ano, "presidida a Sessão por sua Alteza Real, a Sereníssima Senhora Princesa Real" (ATAS DO CONSELHO DE ESTADO, 1822/3).

Nesta sessão de 2 de setembro, que ocorreu no Paço da Boa Vista, as discussões ministeriais sedimentaram a disposição de todos quanto à independência. Não era mais possível aguardar; e Leopoldina estava certa da necessidade de aconselhar D. Pedro a agir imediatamente. É com esse objetivo em mente que se prepara a correspondência, a ser enviada ao príncipe herdeiro — que se encontrava às margens do rio Ipiranga — com toda a urgência. Leopoldina via, então, como se concretizavam as suas esperanças para o Brasil.

O projeto de país que defendia, a despeito da Constituição, ainda era uma monarquia e se ancorava em princípios conservadores: conservava o poder centralizado no Rio de Janeiro, a autoridade em D. Pedro e, principalmente, as estruturas hierárquicas e racistas de uma sociedade escravista (SLEMIAN, 2006). Com esse projeto, ela garantia ao marido e aos filhos um trono e, assim, preservava a legitimidade dinástica que jurara defender. A estratégia jamais fora a de tomar o poder para si, mas de garantir a continuidade deste sob uma coroa. Em um continente cada vez mais republicano, Leopoldina ajudou a fundar um império — e era com esses argumentos que justificava suas ações para si e para o pai, o imperador Francisco I. Quando lhe escreveu, em abril de 1823, relatou a conjuntura que levou à independência e os motivos que estimularam a própria Leopoldina a apoiá-la. Ao imperador absolutista, ela explica que, sem D. Pedro conduzindo o país, o Brasil seria dilacerado em seu íntimo por forças favoráveis à anarquia e à República. E arremata se colocando como intercessora do povo brasileiro diante das nações europeias, para as quais o Brasil representava grandes vantagens comerciais, em um papel de cunho diplomático que soa como uma evolução de sua função inicial

de representante dos interesses austríacos nas Américas. Francisco I e o império austro-húngaro seriam um aliado expressivo para a nova nação. Isso, entretanto, não significava que Leopoldina iria curvar-se em excesso demais perante o pai. O apoio dele não ditaria as ações da filha. "Sempre permanecerei brasileira de coração", decretou (apud KANN, 2006, p. 417). O embate com o pai poderoso revela uma Leopoldina mais madura, pronta para cumprir seu dever, mesmo sob o risco de arcar com custos pessoais (KEHL, 2006).

A Leopoldina política é a mesma que se veste de amazona e aparece em público, sem receios de mostrar quem é e a que veio, em vestes consideradas simples e masculinas demais. É uma Leopoldina pragmática, disposta a enfrentar noções pré-concebidas e reformular suas próprias ideias. Ficar no Brasil, desobedecendo as ordens das Cortes, era uma maneira de fincar bem os pés no território em disputa.

Leopoldina visava estruturar alianças, bem como reunir apoio e assegurar a lealdade ao marido, em quem se concentraria o poder real. Por ter esses objetivos bem delineados, não desperdiçava oportunidades de se manter no centro dos acontecimentos, fosse trocando cartas e bilhetes com grandes figuras da política — como José Bonifácio — ou lendo avidamente os jornais e periódicos em circulação (LUSTOSA, 2006). A atenção aos vários argumentos que circulavam permitia que elaborasse suas avaliações do conflito. Estivesse ou não em seu posto de regente, Leopoldina demonstra, em sua correspondência, ter acompanhado de perto o conturbado processo político que culminou na proclamação da independência. Conhecia as movimentações das tropas lusas e brasileiras, debatia estratégia com o marido em discussões privadas, expressava suas inquietações quanto ao futuro para sua irmã, em quem confiava o suficiente, e tentava construir alternativas ao poder imperial português. Leopoldina marcou presença no disputado espaço de articulação política e de tomada de decisões, um feito relevante para uma mulher — princesa ou não — naquele tempo.

Em uma derradeira retomada do traje de amazona, tão criticado e aviltado, é possível vislumbrar com mais nitidez as nuances políticas, pessoais e intelectuais de Leopoldina. Era com aquele hábito que se vestia para sair em seus passeios a cavalo que, com o passar dos anos e em decorrência do abismo aberto em seu casamento, tornaram-se solitários. Sozinha nas matas, ela tinha a chance de se dedicar aos próprios sentimentos e pensamentos (KEHL, 2006), sem as cobranças da vida na corte e a presença do marido. Também tinha a oportunidade de explorar as riquezas da biodiversidade brasileira, sobretudo na região da Mata Atlântica que circunda o Rio de Janeiro. Em suas cartas, Leopoldina admitia se sentir cada vez mais melancólica e isolada (KANN, 2006). Julgava estar

muito mudada, em comparação com a jovem alegre e brincalhona que fora na Áustria. A vida adulta e o peso da coroa — e do casamento — de fato a transformaram profundamente. As gestações sucessivas, que por vezes terminavam em abortos, cobraram um alto preço, e sua saúde piorou, abalada por um quadro depressivo. Leopoldina reclamava com frequência de dores, febres e indisposições, e sua condição física se agravou com a proibição de sair em seus preciosos passeios sem a autorização prévia de D. Pedro (LUSTOSA, 2006), cujas demonstrações públicas de afeto e preferência pela amante oficial, Domitila de Castro, desmoralizavam-na como mulher e como imperatriz (OBERACKER, 1973; REZZUTTI, 2017).

Mas aquele traje — o vestido sem adornos, o chapéu de palha, as botas de montaria — compõe a figura de uma mulher valente. Valente porque, no tempo e na posição em que viveu, seria mais cômodo se deixar apagar e fundir-se ao retrato da princesa e imperatriz puramente doméstica, que se satisfaz em cumprir seu papel público através do matrimônio e da maternidade. Seria mais fácil, também, não contrariar a opinião pública ao portar um estilo de roupas passível de ser criticado como masculino.

Leopoldina parece ter legado várias provocações a quem almeja conhecê-la, interpretá-la e contar sua história. Uma delas é sua recusa a se submeter, silenciosa e passivamente, aos limites de gênero aos quais sempre tentaram confiná-la. Ela resistiu à imposição de papeis femininos redutores e restritivos, à ideia de que lhe cabia unicamente ser filha de Francisco I, esposa de Pedro I e mãe de Pedro II. Logo, é imperativo que os brasileiros resgatem seu nome e sua trajetória e a tirem do confinamento. É preciso que Leopoldina seja lembrada, para além de esposa e mãe, como a mulher que circulava pelo Rio de Janeiro em suas botas com esporas de prata e se sentava no Conselho de Estado para debater estratégias militares e cuidar de despachos oficiais. É preciso que Leopoldina seja narrada como a mulher de múltiplos interesses: da mineralogia à política, da botânica à música, da literatura à economia. Como a mulher austríaca que reclamava do calor excessivo do verão carioca, mas estava sempre pronta para cavalgar e voltava queimada de sol. É preciso que Leopoldina seja a mulher, estrategista e articuladora política que veio para o Brasil cheia de sonhos, expectativas e ilusões, e amadureceu a tempo de trabalhar em um projeto de independência que fez — e faz — a história do país.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Paula. *A culpa é do Rio!*: A cidade que inventou a moda do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2019.

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO, 1822/3. Código de referência BR_RJANRIO_1R_COD_0_0295 (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

BACH, Emily. "Riding habits and women's rights". Maryland Center for History and Culture. Baltimore [s.d.]. Disponível em: <https://www.mdhistory.org/riding-habits-and-womens-rights/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BARTHES, Roland. *The Language of Fashion*. Londres: Bloomsbury, 2017.

CHATAIGNIER, Gilda. *História da moda no Brasil*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

CRANE, Diane. *A moda e seu papel social*: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac, 2006.

FRANCHINI NETO, Helio. *Independência e morte*: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823). Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

FRANKLIN, Harper. "Fashion history timeline: 1810-1819". Fashion Institute of Technology, Nova York, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://fashionhistory.fitnyc.edu/1810-1819/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

FREYCINET, Rose de Saulces de. *Journal de madame Rose de Saulces de Freycinet*: campagne de l'Uranie (1817-1820). Paris: Société d'éditions géographiques, maritimes et coloniales, 1927.

KANN, Bettina. "Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina". In _____ et al. *Dona Leopoldina*: Cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 63-82.

KEHL, Maria Rita. "Leopoldina, ensaio para um perfil". In KANN, B. et al. *Dona Leopoldina*: Cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 115-42.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*: um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OBERACKER, Carlos H. *A imperatriz Leopoldina*: sua vida e sua época. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina:* a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SÉGUY, Philippe. "Costume in the age of Napoleon". In BOURHIS, K. le (ed.). *The age of Napoleon*: Costume from Revolution to Empire, 1789-1815. Nova York: The Metropolitan Museum of Art / Harry N. Abrams, 1989, pp. 23-118.

SLEMIAN, Andréa. "O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e 'o sacrifício de ficar na América'". In KANN, B. et al. *Dona Leopoldina*: cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 83-113.

TESSITORE, Viviane. "A primeira imperatriz do Novo Mundo". In REZZUTTI, P. *D. Leopoldina:* a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, pp. 357-89.

WHEATCROFT, Andrew. *The Habsburgs:* Embodying Empire. Londres: Penguin Books, 1996.

WITT, Marcos Antônio. "O Brasil de Weech e Bösche em seus relatos de viagem". *Revista Práksis*, Novo Hamburgo, a. 18, n. 1, pp. 5-23, jan./abr. 2021.

WITZMANN, Reingard. "The Beautiful Viennese: fashions from the time of Maria Theresa to the end of the Congress of Vienna". In CONE, P. (ed.). *The Imperial Style*: Fashions of the Hapsburg Era. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1980, pp. 35-42.